



2º Simulado

CGU

**Auditor Federal de Finanças
e Controle Área: Auditoria
e Fiscalização**

Pós-Edital

Simulado Especial

2º Simulado CGU – Cargo: Auditor Federal de Finanças e Controle -
Área: Auditoria e Fiscalização – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da CGU;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 5 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h às 12h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado nesta página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-CGU-Auditor-29-01>

01 – A B C D E	23 – A B C D E	45 – A B C D E	67 – A B C D E	089 – A B C D E
02 – A B C D E	24 – A B C D E	46 – A B C D E	68 – A B C D E	090 – A B C D E
03 – A B C D E	25 – A B C D E	47 – A B C D E	69 – A B C D E	091 – A B C D E
04 – A B C D E	26 – A B C D E	48 – A B C D E	70 – A B C D E	092 – A B C D E
05 – A B C D E	27 – A B C D E	49 – A B C D E	71 – A B C D E	093 – A B C D E
06 – A B C D E	28 – A B C D E	50 – A B C D E	72 – A B C D E	094 – A B C D E
07 – A B C D E	29 – A B C D E	51 – A B C D E	73 – A B C D E	095 – A B C D E
08 – A B C D E	30 – A B C D E	52 – A B C D E	74 – A B C D E	096 – A B C D E
09 – A B C D E	31 – A B C D E	53 – A B C D E	75 – A B C D E	097 – A B C D E
10 – A B C D E	32 – A B C D E	54 – A B C D E	76 – A B C D E	098 – A B C D E
11 – A B C D E	33 – A B C D E	55 – A B C D E	77 – A B C D E	099 – A B C D E
12 – A B C D E	34 – A B C D E	56 – A B C D E	78 – A B C D E	100 – A B C D E
13 – A B C D E	35 – A B C D E	57 – A B C D E	79 – A B C D E	101 – A B C D E
14 – A B C D E	36 – A B C D E	58 – A B C D E	80 – A B C D E	102 – A B C D E
15 – A B C D E	37 – A B C D E	59 – A B C D E	081 – A B C D E	103 – A B C D E
16 – A B C D E	38 – A B C D E	60 – A B C D E	082 – A B C D E	104 – A B C D E
17 – A B C D E	39 – A B C D E	61 – A B C D E	083 – A B C D E	105 – A B C D E
18 – A B C D E	40 – A B C D E	62 – A B C D E	084 – A B C D E	106 – A B C D E
19 – A B C D E	41 – A B C D E	63 – A B C D E	085 – A B C D E	107 – A B C D E
20 – A B C D E	42 – A B C D E	64 – A B C D E	086 – A B C D E	108 – A B C D E
21 – A B C D E	43 – A B C D E	65 – A B C D E	087 – A B C D E	109 – A B C D E
22 – A B C D E	44 – A B C D E	66 – A B C D E	088 – A B C D E	110 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrício Dutra

A partir das citações descritas nas questões a seguir, assinale as alternas corretas.

01. *Bancos são estabelecimentos que nos emprestam um guarda-chuva num dia de sol e pede-o de volta quando começa a chover.* O que essa frase nos revela é que:

- a) os bancos estão sempre dispostos a nos ajudar.
- b) ser banqueiro é uma carreira da qual ninguém se restabelece completamente.
- c) os bancos só emprestam dinheiro quando têm a certeza de não correr riscos.
- d) quando os clientes mais precisam, os bancos se omitem de ajudar.
- e) um banco é um lugar que te empresta dinheiro se conseguires provar que não necessitas dele.

02. *Bancos são estabelecimentos que nos emprestam um guarda-chuva num dia de sol e pede-o de volta quando começa a chover.*

O termo ‘que’ - empregado na frase acima - pertence à mesma classe gramatical que o ‘que’ destacado na frase abaixo:

- a) É mais fácil a mãe alimentar sete filhos do que sete filhos alimentarem a mãe.
- b) Foi nesse prédio que ele passou a infância.
- c) O professor não entendeu o que o aluno havia perguntado.
- d) Ele sempre soube que queria vencer na vida.
- e) Ele falou tanto durante a aula que ficou cansado.

03. *Eu não sou como muita gente: entusiasmada até à loucura no princípio das afeições e depois, passado um mês, completamente desinteressada delas. Eu sou ao contrário: o tempo passa e a afeição vai crescendo, morrendo apenas quando a ingratidão e a maldade a fizerem morrer.*

Assinale a opção em que o termo ‘como’ apresenta o mesmo valor semântico que o empregado na frase acima.

- a) Como a prova estava muito difícil, ela exigiu muito dos alunos.
- b) Ele não só estuda como trabalha.
- c) 'Como ia dizendo, o seu raciocínio não está certo.'
- d) Houve, como me pareceu, cochichos e movimentos equívocos.
- e) Chega como eu cheguei, pisa como eu pisei, no chão que me consagrou.

04. *Eu não sou como muita gente: entusiasmada até à loucura no princípio das afeições e depois, passado um mês, completamente desinteressada delas. Eu sou ao contrário: o tempo passa e a afeição vai crescendo, morrendo apenas quando a ingratidão e a maldade a fizerem morrer.*

No texto acima, ocorre um caso de crase facultativa, que se apresenta destacado. Assinale a opção em que o emprego do acento (ou a omissão⁰ de crase também é opcional.

- a) Ele decidiu voltar à casa da família.
- b) Não entendi com clareza a sua versão da história.

- c) Ele sempre procura ajudar a irmã.
- d) Todos fomos fieis às promessas que fizemos.
- e) Eles conseguiram atender a demanda de pessoas que esperavam.

05. *A dor é inevitável. O sofrimento é opcional.*

Se os períodos acima fossem unidos em uma só oração e o ponto após ‘inevitável’ fosse substituído por vírgula, qual conectivo seria o mais adequado a ser empregado para ligar as duas orações coordenadas.

- a) contudo
- b) porque
- c) já que
- d) quando
- e) embora

06. Assinale a alternativa em que os vocábulos destacados foram empregados adequadamente.

- a) Eles estudam afim de passar naquele concurso.
- b) Ao invés de futebol, ele jogou basquete.
- c) Cerca de 4.386 pessoas votaram nele.
- d) Não sei por que você tomou essa desprezível atitude.
- e) Ele sempre preferiu basquete do que futebol.

07. *Quem em caminho leva pressa, em caminho chão tropeça.*

(anônimo) O ditado anônimo acima é confirmado pelo seguinte ditado:

- a) É de pequenino que se torce o pepino.
- b) Não gastes vela com mau defunto.
- c) Gato escaldado tem medo de água fria.
- d) É nas dificuldades que aparecem as virtudes.
- e) Quem responde afobado, raramente acerta.

08. *Para a reunião, chegou cedo o professor e o aluno. Esperava-se broncas por parte do docente; porém, ouviu-se prontamente frases de carinho.*

Assinale a alternativa correta acerca do parágrafo acima.

- a) Todas as formas verbais estão corretamente empregadas
- b) Somente a primeira forma verbal está corretamente empregada.
- c) Todas as formas verbais estão incorretamente empregadas
- d) As duas primeiras formas verbais estão corretamente empregadas.
- e) Somente a terceira forma verbal está corretamente empregada.

09. Todos as frases a seguir mostram formas do verbo ter, que é amplamente empregado em

lugar de outros verbos. Assinale a única correta acerca do seu emprego.

- a) Nesse país sempre teve corrupção.
- b) Deve ter muitas semanas que ele passou a ser considerado fugitivo.
- c) Esse condomínio deve ter no mínimo 20 blocos.
- d) Aqui tem gente que se dedica de verdade.
- e) Os aumentos sucessivos do preço desse essencial produto recentemente tem incomodado absurdamente o povo.

10. *Não há dor que o sono não possa vencer.*

O ditado acima pode ser corretamente reescrito, com manutenção do mesmo sentido em:

- a) Não existe dor invencível.
- b) Uma noite de sono pode fazer com todas as dores desapareçam.
- c) Não existem dores que não possam ser derrotadas pelo sono.
- d) Não tem dor que o sono não vença.
- e) Não há dor cujo sono não possa vencer.

11. O que o ditado "*Em boca fechada não entra mosca*" quer dizer?

- a) As moscas são como os humanos que nos querem irritar entrando em nossa boca.
- b) Que quem ficar quieto vai se dar bem.
- c) Quem sua opinião deve ser dita a todos.
- d) Que existe uma forma de nunca permitir que uma mosca entre em sua boca.
- e) Que sendo sincero é a melhor coisa que se faz.

12. *Ele bebeu bem mais do que poderia e ficou embriagado.*

Assinale a opção em que o conectivo 'e' tem o mesmo valor que o empregado na frase acima.

- a) Ia telefonar-lhe e desejar-lhe parabéns.
- b) Maria fechou o rosto e João foi para o quarto em seguida.
- c) Ele estudou com muita seriedade e não passou.
- d) Acordamos cedo e praticamos esporte.
- e) Ela cumpriu todos os requisitos do cargo e foi aprovada rapidamente.

13. *A alegria torna o homem sociável, a dor individualiza-o.*

Assinale a opção em que a vírgula foi empregada pelo mesmo motivo que a da frase acima.

- a) Quando as dores são iguais, sentem-se todas.
- b) O homem, a quem a dor não educa, será sempre uma criança.
- c) Altiva e couraçada de desdém, vivo sozinha em meu castelo.
- d) Se um homem é um aprendiz, a dor é a sua mestra.

e) As dores humanas são séculos, os prazeres instantes.

14. *Quando tiveres cumprido o teu dever, resta-te ainda outro: mostrares-te satisfeito.*

O sentimento expresso no provérbio de Goethe expressa:

- a) resignação.
- b) culpa.
- c) alegria.
- d) gratidão.
- e) pureza.

15. Assinale a opção em que a referência do elemento destacado abaixo dependa de um contexto para ter valor significativo.

- a) Cheguei hoje a Manaus. E aqui estou pronto para fazer história.
- b) Cansaço, febre e tosse seca: esses são os principais sintomas apresentados por pessoas com covid-19.
- c) O que você quer que eu faça aqui?
- d) Estamos ansiosos pela vacina, a qual fará uma enorme diferença na contenção do vírus.
- e) Pedro comprou vários ingredientes: açúcar, farinha, ovos, chocolate em pó e leite.

LÍNGUA INGLESA

Ena Smth /Roberto Witte

READ THE TEXT AND ANSWER THE QUESTIONS
16 TO 20.

LEIA O TEXTO E RESPONDA AS QUESTÕES 16 A 20.

The Olympics Will be the Ultimate Test for China's Zero-COVID Policy

China's plan for crushing COVID-19 during the [Beijing Olympics](#) is just as draconian. If it works, the country's approach could become a leading example of one way to learn to live with SARS-CoV-2: detecting new cases and extinguishing them as quickly as possible. If it doesn't, this year's Olympics could be a sobering lesson in the hubris of trying to keep up with a virus as adaptable as this one has proven to be.

China has used a "zero COVID" approach over the past two years with impressive results—even at the expense of greatly inconveniencing residents. A month before the Games were scheduled to start, government officials issued restrictions for the 14 million people living in the port city of Tianjin after a cluster of 20 cases erupted. In the immediate area where the infections occurred, people were confined to their homes, while in outlying areas, residents had to comply with restrictions like staying indoors (except for one person per household, who was allowed a food-shopping trip every other day) or having to remain in their neighborhoods. On Jan. 17, after an office worker in Beijing tested positive with the [new Omicron variant](#), the entire building was abruptly locked down with employees still inside. Government officials lugged in bedding and food for the stranded workers, who will likely only be allowed to leave once they test negative after a designated period of time. The home of the office worker who tested positive was sealed off as well, and neighbors were tested.

While the measures seem extreme, they appear to work, at least according to the latest government COVID-19 tallies, which [political and public health leaders have criticized](#) for downplaying the actual impact of the pandemic. If accurate, China's reported case numbers are "way, way, way lower than what we have in the U.S.," says Jeremy Luban, a professor at the University of Massachusetts Medical School. Currently, China has reported just over 5,000

cases in the past month, compared with more than 15 million in the U.S. “The idea that we have taken in the U.S. is to

flatten the curve so fewer people die. China’s concept is even before that: don’t get a curve.”

<https://time.com/6140992/beijing-olympics-china-covid-19/>

16. Analyze the following statements:

- I. China's Olympics aim to keep COVID at bay.
- II. China’s plan for defeating COVID-19 during the Beijing Olympics is infallible.
- III. China has used a “zero COVID” approach over the past couple of years with striking results.

Choose the correct answer:

- a) only I is correct.
- b) only II is correct.
- c) only III is correct.
- d) both I and II are correct.
- e) both I and III are correct.

17. The word “policy” in “China's Zero-COVID Policy” (title) refers to a (n)

- a) sensible habit.
- b) authorized set of ideas or plans.
- c) legal officer who protects people.
- d) politician who doesn't support the wearing of a mask.
- e) a contract of insurance.

18. The word “While” in the sentence “While the measures seem extreme, they appear to work,” can be replaced, without change in meaning, by

- a) when.

- b) moreover.
- c) although.
- d) whereas.
- e) but.

19. The adverb “Currently” in the sentence “Currently, China has reported just over 5,000 cases in the past month,” means

- a) actually.
- b) commonly.
- c) at present.
- d) recently.
- e) lately.

20. The expression “...don’t get the curve” in “China’s concept is even before that: don’t get a curve.” can be replaced by

- a) get fewer deaths with the flatter curve.
- b) don’t gain weight.
- c) don't let the curve even form.
- d) don’t let foreign people come to China.
- e) get less than 5,000 COVID cases a month.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

21. A Gestão das Políticas Públicas no Brasil tornou-se institucionalizado nos últimos tempos. A literatura acerca da matéria é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que:

- a) São consideradas políticas governamentais políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais.
- b) Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- c) A abordagem estadocêntrica considera políticas públicas apenas as que surgem do poder estatal.
- d) O conceito de política pública é único e seguido por todos os autores do tema.
- e) O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que permite analisar em separado as várias fases de uma política pública.

22. Segundo Lowi (1964), as políticas públicas podem ser divididas em 4 categorias: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Usando a tipologia de Lowi, é possível afirmar que é um exemplo de política regulatória:

- a) Proibição de fumo em estabelecimentos fechados.
- b) Cotas para o ensino superior.
- c) Direito ao pagamento de meia-entrada em atividades culturais e esportivas aos estudantes.
- d) Programa de transferência de renda.
- e) Vacinação prioritária em idosos.

23. Em 'Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral', Howlett, Ramesh e Perl (2013) apresentam o método aplicado de resolução de problemas do processo político-administrativo, que auxilia no esclarecimento dos diferentes papéis desempenhados no processo pelos atores, instituições e ideias relacionados à política.

Relacione as resoluções aplicadas de problemas na Coluna 1 aos estágios referentes ao ciclo de políticas públicas na Coluna 2.

Coluna 1

1. Escolha da solução.
2. Monitoramento dos resultados.
3. Propostas de solução.
4. Reconhecimento do problema.
5. Efetivação da solução.

Coluna 2

- () Montagem da agenda.
- () Formulação da política.
- () Tomada de decisão política.

() Implementação da política.

() Avaliação da política.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 4 – 3 – 1 – 5 – 2.
- b) 2 – 3 – 1 – 4 – 5.
- c) 4 – 2 – 5 – 1 – 3.
- d) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- e) 4 – 1 – 3 – 2 – 5.

24. Relacione os termos a seguir com os respectivos conceitos.

I. Governança

II. Governabilidade

III. Accountability

A. Capacidade de mobilização social e controle participativo, divisão de poder.

B. Capacidade política para legitimar as políticas públicas do país.

C. Capacidade técnica para viabilizar e implementar políticas públicas.

A relação correta é:

- a) I – A; II – B; III – C;
- b) I – C; II – B; III – A;
- c) I – C; II – A; III – B;
- d) I – B; II – C; III – A;
- e) I – B; II – A; III – C.

25. É possível identificar três modelos na administração pública brasileira: patrimonialista, burocrático e gerencial. A ideia de profissionalização, carreiras estruturadas, hierarquia funcional e impessoalidade são características do(s) modelo(s):

- a) patrimonialista;
- b) gerencial;
- c) burocrático;
- d) patrimonialista e burocrático;
- e) patrimonialista e gerencial.

26. A reforma de 1967 é considerada por muitos especialistas como o primeiro momento da administração gerencial no Brasil, uma vez que adotou um conjunto de medidas com a

finalidade de superar a rigidez do modelo burocrático. Com base nisso, assinale a opção que apresenta uma das ações que marcaram essa tentativa.

- a) A criação de agências reguladoras para atuar em setores de interesse nacional.
- b) A transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) A privatização em massa de estatais ineficientes, repassando as atividades com fins lucrativos para a iniciativa privada.
- d) O estabelecimento de contratos de publicização, em que atribuições de órgãos públicos eram repassadas às organizações sociais.
- e) O desmantelamento de monopólios naturais com políticas monetárias expansionistas.

27. A Constituição da República de 1988 (CF/1988) promoveu ampliação no rol de direitos e garantias individuais e sociais. Do ponto de vista administrativo, contudo, a doutrina especializada aponta a ocorrência de retrocessos, tornando a administração pública mais burocrática. Das alternativas abaixo, qual apresenta o exemplo de retrocesso burocrático trazido pela CF/1988.

- a) a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para comandar as

reformas administrativas e implementar as políticas de governo.

- b) a extensão às entidades da administração indireta de procedimentos e mecanismos de controle aplicáveis à administração direta;
- c) o apoio ao clientelismo e ao fisiologismo como política de Estado;
- d) o incentivo à descentralização político-administrativa;
- e) a institucionalização de mecanismos de democracia direta, favorecendo o controle social e a *accountability*;

28. As políticas públicas são compostas de elementos que a determinam, como os aspectos institucionais, pois toda política pública é elaborada ou decidida por uma autoridade formal. Levando-se em consideração que a burocracia possui um papel fundamental nas políticas públicas. Analise as afirmativas, marcando V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) afirmativa(s) falsa(s).

- () A burocracia deve ser apartidária, neutra, objetiva, estritamente técnica e movida pela ética da obediência.
- () A burocracia tem influência em todas as etapas das políticas públicas.
- () A burocracia conhece o que está ocorrendo nos programas públicos e o grau de aceitação que eles geram.

A sequência correta é:

- a) F, V, F;
- b) F, F, F;
- c) V, F, F.
- d) F, V, V;

e) V, V, V;

29. os conceitos de governança e governabilidade são diferentes, mas interdependentes. Atualmente, há uma tendência de implementação de políticas públicas e ações do Estado em rede, o que fez nascer o conceito de governança pública que envolve:

- a) tomada de decisão das políticas públicas com destaque para a fase de formulação e a dinâmica das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo.
- b) predomínio do Poder Executivo no processo decisório e o insulamento burocrático como formas de garantir a eficácia e a racionalidade das políticas públicas;
- c) condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder de Estado no atendimento às demandas de políticas públicas;
- d) padrões de articulação e cooperação entre atores públicos e privados e arranjos institucionais que coordenam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico;
- e) característica do sistema político, da forma de governo, das relações entre os Poderes e do sistema de intermediação de interesses.

30. A implementação da gestão por resultados depende de um conjunto integrado de fatores, de natureza institucional, comportamental, entre outros. Nesse sentido, a implementação do modelo de resultados será prejudicada caso o modelo:

- a) represente efetivamente como os indivíduos serão avaliados;
- b) preveja uma orientação normativa;
- c) contemple elementos que proporcionem estabilidade e gerem hábitos.
- d) esteja sintonizado com crenças e valores da organização;
- e) expresse uma decisão estritamente técnica.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

31. A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- a) emenda constitucional;
- b) lei complementar;
- c) ato supralegal;
- d) lei ordinária;
- e) decreto.

32. João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio público, o que ocorria com o desvio de vultosos recursos para sua conta

particular. Com o objetivo de responsabilizar o agente público, de modo que ele fosse obrigado a devolver os valores desviados, João, por intermédio de seu advogado, poderia ajuizar

- a) Mandado de Injunção.
- b) Habeas Data.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Ação Popular.
- e) Reclamação.

33. A Constituição de 1988, em relação à nacionalidade, determina que

- a) são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal, assim como os Ministros do STF e do STJ.
- b) perde a nacionalidade brasileira aquele que adquirir outra nacionalidade, sem exceções.
- c) é considerada brasileiro nato a pessoa nascida na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- d) os estrangeiros aqui residentes há mais de 10 (dez) anos ininterruptos, sem condenação penal, podem requerer a cidadania brasileira, tornando-se brasileiros naturalizados.
- e) é brasileiro nato aquele nascido no estrangeiro de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

34. Hercílio pertence ao movimento "Tudo pela Política Cidadã", que pretende introduzir conceitos éticos na atividade partidária. Ao realizar um estudo da Constituição Federal, ele verifica que existe a previsão de sanções

<p>relacionadas aos direitos políticos, dentre as quais está a</p> <p>a) cassação de direitos políticos por improbidade.</p> <p>b) suspensão de direitos políticos por condenação cível.</p> <p>c) suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta.</p> <p>d) paralisação dos direitos políticos perpetuamente.</p> <p>e) proibição de exercício de direitos políticos por vinte anos.</p> <p>35. O Prefeito do Município WX teve uma gestão muito conturbada, com diversas notícias de desvio de recursos públicos. Ao apreciar suas contas anuais de governo, o Tribunal de Contas competente concluiu pela necessidade de serem rejeitadas. Esse pronunciamento, à luz da sistemática constitucional:</p> <p>a) deve ser considerado definitivo, acarretando, por si só, a rejeição das contas;</p> <p>b) deve ser acolhido, pela Câmara Municipal, para que se torne efetivo e produza os seus efeitos legais;</p> <p>c) somente pode ser rejeitado, pela Câmara Municipal, pela unanimidade dos seus membros;</p> <p>d) pode ser rejeitado pela maioria dos membros da Câmara Municipal;</p> <p>e) deve ser rejeitado, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, para que deixe de prevalecer.</p> <p>36. Ednaldo, titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual, foi eleito Deputado no mesmo Estado em que exerce suas atividades funcionais regulares. Na véspera do</p>	<p>início das atividades parlamentares, foi informado, pelo Departamento de Pessoal de sua repartição originária, que deveria ser necessariamente exonerado do cargo originário tão logo iniciasse o exercício do mandato eletivo. À luz da sistemática constitucional, essa orientação é:</p> <p>a) incorreta, pois a exoneração não é necessária caso haja compatibilidade de horários entre as duas atividades;</p> <p>b) correta, já que a ordem constitucional veda a acumulação de cargos públicos, ressalvadas as exceções que indica;</p> <p>c) incorreta, pois a investidura no mandato eletivo estadual somente exige o afastamento do cargo, não a exoneração;</p> <p>d) correta, já que os subsídios dos Deputados Estaduais alcançam o teto remuneratório, o que impede a acumulação;</p> <p>e) incorreta, pois a ordem constitucional autoriza expressamente a acumulação nas circunstâncias indicadas.</p> <p>37. O Tribunal de Contas da União exerce o controle externo da Administração Pública sob os aspectos contábil, fiscal, orçamentário, operacional e patrimonial. Nessa atividade atua auxiliando o Poder Legislativo. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.</p> <p>a) As inspeções de natureza contábil em qualquer repartição pública são realizadas a mando do Poder Legislativo, não podendo ocorrer atividade autônoma do Tribunal.</p> <p>b) A auditorias orçamentárias só podem surgir por iniciativa de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre objetos determinados.</p>
--	---

- c) A prestação de informações sobre auditorias realizadas devem ser apresentadas exclusivamente ao Presidente do Congresso Nacional.
- d) A sustação do ato impugnado é exclusiva do Tribunal e essa decisão somente pode ser revista por órgão do Judiciário.
- e) Em caso de constatação de ilegalidade de despesa será aplicada multa proporcional ao dano.

38. Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) quando o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar a sustação do contrato, o Tribunal decidirá a respeito

- c) o ato de sustação de contratos não está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

39. O servidor público João, em exercício na Secretaria Estadual de Transportes do Estado X, é questionado sobre a aplicação de determinada norma federal incidente sobre ato a ser praticado no âmbito da sua repartição pública. Pesquisando o tema, apresenta breve nota, em que indica a necessidade de complementação normativa sobre o tema. Observado o enunciado, uma das competências previstas para o Presidente da República, na Constituição Federal, aplicáveis ao caso, consiste em

- a) sancionar leis.
- b) vetar projetos de lei.
- c) organizar a administração.
- d) celebrar convenções.
- e) expedir regulamentos.

40. De acordo com a fiscalização contábil, financeira e orçamentária NÃO é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

- a) qualquer cidadão.

- b) qualquer partido político.
- c) qualquer sindicado.
- d) qualquer associação.
- e) qualquer pessoa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. A Emenda Constitucional 109/2021 inseriu parágrafo no artigo 37 da Constituição Federal para dispor que os entes públicos devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive dos resultados por elas alcançados.

Tal disposição liga-se diretamente ao princípio constitucional expresso da

- a) legalidade.
- b) eficácia.
- c) eficiência.
- d) publicidade.
- e) efetividade.

42. Assinale, abaixo, a alternativa que menciona situação na qual NÃO se aplica a Lei 12.527/2011:

- a) entidades controladas indiretamente pela União.
- b) Cortes de Contas.
- c) municípios com até 10.000 habitantes.
- d) empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
- e) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, incluindo todos os recursos geridos pela entidade e sua destinação, independentemente da origem.

43. João teve negado o acesso à informação pelo Ministério Alfa. Caso recorra de tal decisão à Controladoria-Geral da União, a CGU irá examinar a questão, NÃO se incluindo entre suas deliberações decidir se:

- a) o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
- b) a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação.
- c) os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos na Lei de Acesso à Informação não tiverem sido observados.
- d) encaminhará ao Ministério Público os dados do responsável pelo indeferimento do acesso à informação, para instauração de sindicância.
- e) estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação.

44. São consideradas informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado que admitem classificação:

- a) aquelas relacionadas à defesa de direitos humanos.
- b) comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações .
- c) as informações relacionadas à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral.
- d) aquelas relacionadas ao cumprimento de ordem judicial.

e) as informações necessárias à proteção do interesse público e geral preponderante.

45. A respeito das sociedades de economia mista federais exclusivamente exploradoras de atividade econômica em sentido estrito, é correto afirmar que:

a) ostentam personalidade de direito privado, se submetem a concurso público e não são controladas pelo Tribunal de Contas da União.

b) subordinam-se às regras do direito privado quanto à responsabilidade civil relativa aos danos causados por seus agentes e à limitação remuneratória constitucional para seu quadro de pessoal, indistintamente.

c) são automaticamente criadas a partir da edição de lei específica.

d) compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

e) não se sujeitam à falência e seu pessoal em geral é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

46. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.

c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.

d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.

e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao bis in idem.

47. De acordo com a “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, em regra o contratado NÃO terá direito à extinção do contrato na hipótese de:

a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses.

b) supressão, por parte da Administração, de obras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido em Lei, de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

c) repetidas suspensões que totalizem noventa dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.

d) atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração.

e) atraso superior a noventa dias, apenas, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração.

48. Ao se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) está exercendo poder de polícia administrativa.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

49. Suponha que João abandonou seu cargo. Neste caso, o prazo que a Administração terá para lhe aplicar a respectiva sanção será de:

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 3 anos.
- e) 5 anos.

50. Considera-se inassiduidade habitual, ensejadora da demissão do servidor público:

- a) a falta ao serviço, com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- b) a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, consecutivos, durante o período de doze meses.

c) a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, consecutivamente.

d) a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

e) a falta ao serviço, com ou sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

51. Segundo prevê a Lei federal 9.873/1999, o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal, em decorrência do poder de polícia:

a) prescreve em dez anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

b) prescreve em três anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

c) prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver

cessado, inclusive quando o fato objeto da ação punitiva também constituir crime.

d) prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado, interrompendo-se por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato.

e) prescreve no prazo de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado, suspendendo-se pela decisão condenatória recorrível.

52. Suponha que o Município Alfa tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, tendo celebrado contrato de concessão com a Viação LevaTraz Ltda.

Caso reste comprovado que a concessionária encontra-se prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.

b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à Viação é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, não cabendo qualquer indenização à Viação.

d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.

e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

53. Considerando que determinado agente público foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a exploração de atividade ilícita, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.

c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.

e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

54. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis apenas aos agentes administrativos e aos terceiros que atuarem conjuntamente com aqueles.
- b) Será sempre imprescritível a ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato de improbidade.
- c) As sanções aplicadas com base no artigo 12 da Lei de Improbidade só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) São legitimados para manejar a ação judicial por improbidade tanto o Ministério Público como a pessoa jurídica interessada.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade exige a presença de elemento subjetivo da conduta do agente público, quer seja dolo ou culpa, indistintamente.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

55. Acerca da receita orçamentária, marque a alternativa correta.

- a) A multa de trânsito é classificada como receita corrente e originária.
- b) A receita de alienação de bens legalmente apreendidos é contabilizada como receita de capital.
- c) A receita de dívida ativa não é identificada pela categoria econômica ou origem, mas pelo tipo 3.
- d) Indenizações e ressarcimentos são classificados como receita corrente de serviços.

e) Concessão de folha de pagamento é receita extraorçamentária

56. A despesa pública pode ser detalhada em programação qualitativa e quantitativa. Dentro da programação quantitativa temos a classificação

- a) Funcional
- b) Institucional
- c) Programática
- d) Categoria Econômica
- e) Por esfera

57. O ciclo orçamentário pode ser contemplado em 4 fases, mas também existe o chamado ciclo orçamentário ampliado. Nesse ciclo ampliado, a 4 fase é:

- a) elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo;
- b) apreciação, adequação e autorização legislativa
- c) proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo
- d) apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo
- e) avaliação da execução e julgamento das contas

58. Considerando o controle da execução orçamentária, a Lei 4.320/64 estabelece:

- a) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos fatos de que resultem ou não a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- b) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas bimestrais de arrecadação atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
- c) Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
- d) O Poder Executivo exercerá o controle prévio e concomitante, cabendo ao se Tribunal de Contas ou órgão equivalente o controle posterior.
- e) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em ato administrativo, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

59. Em relação à despesa com pessoal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É inconstitucional norma da Constituição Estadual que exclui do limite de gastos com pessoal as despesas com os pensionistas e os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais.
- b) Caso o município de Manaus verifique queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre anterior e, como consequência, extrapole o limite de gasto com pessoal, as restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal não serão aplicadas.
- c) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão previsto na LRF.
- d) Caso a despesa total com pessoal do Poder Legislativo Estadual ultrapassar os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.
- e) A despesa total com pessoal contempla despesa com inativos e pensionistas, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

60. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com as seguintes finalidades, EXCETO:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional

61. As técnicas de controle exercidas no âmbito do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal são as seguintes:

- a) Auditoria e Avaliação
- b) Avaliação e Consultoria
- c) Auditoria e Fiscalização
- d) Observação e Confirmação externa
- e) Auditoria e Inspeção Física

62. Nos termos da Lei 10.180/01, compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, EXCETO:

- a) apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos

federais e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade para as providências cabíveis;

- b) realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;
- c) avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da administração indireta federal;
- d) criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.
- e) efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

63. A atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Federal é exercida pelo conjunto de Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), do qual NÃO faz parte:

- a) a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)
- b) a Controladorias Regionais da União
- c) a Ciset da Advocacia-Geral da União
- d) a Ciset do Ministério da Fazenda
- e) as Audin dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta

64. No que diz respeito aos trabalhos de avaliação e consultoria, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A principal diferença entre a avaliação e a consultoria consiste na origem da demanda: a

<p>própria Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), no primeiro caso, e a alta administração da unidade auditada, no segundo caso.</p> <p>b) a consultoria, em muitos casos, visa primeiramente a identificar o problema para, em momento posterior, buscar as soluções.</p> <p>c) nos trabalhos de avaliação, o monitoramento é realizado a partir das recomendações expedidas UAIG.</p> <p>d) nos trabalhos de avaliação o formato da comunicação é relativamente padronizável.</p> <p>e) nos trabalhos de consultoria, o estabelecimento do objetivo e do escopo é feito pela UAIG, em conjunto do solicitante do serviço.</p>	<p>a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.</p> <p>c) as instâncias da terceira linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.</p> <p>d) é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.</p> <p>e) os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios integram a terceira linha de defesa.</p>
<p>65. A Instrução Normativa 03/2017 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, ao abordar a abrangência da auditoria interna governamental, define que a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão. Sobre a terceira linha de defesa, é correto afirmar que:</p> <p>a) é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.</p> <p>b) contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante</p>	<p style="text-align: center;">CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO: ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ESTRUTURANTES</p> <hr/> <p style="text-align: right;">Herbet Almeida</p> <p>66. Acerca das atividades exercidas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, previstas no Decreto nº 3.591/2000, é correto afirmar que:</p> <p>a) a avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual visa a comprovar a conformidade da sua execução;</p> <p>b) a avaliação da execução dos programas de governo visa a comprovar a conformidade da</p>

<p>execução com os limites e destinações estabelecidos na legislação pertinente;</p> <p>c) a avaliação da execução dos orçamentos da União visa a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;</p> <p>d) a avaliação da gestão dos administradores públicos federais visa a aferir a sua consistência e a adequação dos controles internos;</p> <p>e) o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União visa a comprovar a legalidade e a legitimidade dos seus atos.</p> <p>67. As atividades de correição do Poder Executivo Federal são organizadas sob a forma de sistema, a fim de promover sua coordenação e harmonização. Acerca do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, nos termos do Decreto nº 5.480/2005, é correto afirmar que:</p> <p>a) o Sistema não compreende a instauração e condução de procedimentos correccionais;</p> <p>b) a atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar;</p> <p>c) as unidades setoriais formam o órgão central do Sistema;</p> <p>d) as unidades setoriais não se sujeitam à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Correição;</p> <p>e) não cabe ao Órgão Central do Sistema a requisição de servidores para compor comissões disciplinares.</p> <p>68. Acerca dos procedimentos para a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração</p>	<p>pública federal, direta e indireta, previstos no Decreto nº 9.492/2018, analise os itens a seguir:</p> <p>I – reclamação: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;</p> <p>II – denúncia: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;</p> <p>III – solicitação de providências: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública federal;</p> <p>IV – sugestão: pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades administração pública federal.</p> <p>Estão corretos somente os conceitos previstos nos itens:</p> <p>a) I e II;</p> <p>b) III e IV;</p> <p>c) I e III;</p> <p>d) I, II, III e IV;</p> <p>e) nenhum.</p> <p>69. O Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal – Sipef atua no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sobre esse Sistema, nos termos do Decreto nº 10.756/2021, é correto afirmar:</p> <p>a) configura risco para a integridade a possibilidade de ocorrência de evento de corrupção, fraude, irregularidade ou desvio ético ou de conduta que venha a impactar o cumprimento dos objetivos institucionais.</p>
--	---

b) o Sipef não possui como objetivo a articulação de atividades relativas à integridade;

c) a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União é órgão setorial responsável pela gestão da integridade;

d) é competência das unidades setoriais o estabelecimento de normas e os procedimentos para o exercício das competências das unidades integrantes do Sipef;

e) o órgão central do Sipef é responsável por articular-se com as demais unidades do órgão ou da entidade que desempenhem funções de integridade.

70. A respeito do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal – Sipef, é correto afirmar:

a) o plano de integridade é um plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, elaborado pelo órgão central do Sipef e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade;

b) não constitui objetivo do Sipef o estabelecimento de padrões para as medidas de integridade;

c) o Sipef atua de forma complementar e integrada aos demais sistemas estruturadores existentes, de forma a evitar a sobreposição de esforços, racionalizar os custos e melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados;

d) os responsáveis pelas atividades das unidades setoriais serão preferencialmente servidores com vínculo permanente com a administração pública federal;

e) a reputação ilibada não é requisito para que os servidores atuem como responsáveis pelas atividades das unidades setoriais.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

71. Considerando a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública, assinale a instância responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

a) terceira linha de defesa

b) segunda linha de defesa

c) primeira linha de defesa

d) responsável pela UAIG

e) unidades de auditoria interna singulares (Audin)

72. Um dos objetivos da auditoria no setor público é o cumprimento das fiscalizações definidas no Art. 70 da CF/88. A avaliação que obtém e avalia evidências a respeito da eficiência e da eficácia das atividades de um objeto de auditoria é denominada

a) contábil.

b) financeira.

c) operacional.

d) conformidade.

<p>e) compliance.</p> <p>73. A avaliação é composta de diversas etapas, não havendo uma divisão rígida entre elas. Dentre essas etapas, a que busca garantir a efetividade do trabalho de avaliação é a etapa de:</p> <p>a) planejamento b) execução c) implementação d) comunicação dos resultados e) monitoramento</p> <p>74. Em relação ao trabalho de apuração, avalie as alternativas a seguir e assinale a INCORRETA:</p> <p>a) A apuração consiste na execução de procedimentos cuja finalidade é averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais.</p> <p>b) A competência da apuração é dos órgãos e unidades do SCI. Tal responsabilidade pode, também, ser atribuída às Audin tanto por força de normativo, como por decisão da alta administração.</p> <p>c) As principais diferenças entre a fraude e o erro estão na intenção do agente e na magnitude dos atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares</p> <p>d) A origem do trabalho de apuração pode ser tanto interna quanto externa à UAIG.</p> <p>e) O responsável pela apuração deve, se possível, elaborar o plano da apuração em conjunto com todos os integrantes da equipe, de forma a aproveitar o conhecimento, as habilidades e as competências do grupo.</p> <p>75. Compreendem atribuições típicas dos auditores internos governamentais, EXCETO</p> <p>a) definir a equipe de auditoria, de forma a garantir a proficiência coletiva</p>	<p>b) executar as atividades de acordo com o planejamento realizado</p> <p>c) observar as orientações do supervisor e do coordenador de equipe</p> <p>d) manter a confidencialidade e a segurança de informações, dados, documentos e registros</p> <p>e) comunicar quaisquer achados críticos ou potencialmente significativos ao coordenador ou ao supervisor do trabalho em tempo hábil</p> <p>76. Para que as comunicações de resultados dos trabalhos de auditoria da CGU atinjam seus objetivos, elas devem ser diretas, evitando-se a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, excesso de palavras e informações não relacionadas ao trabalho realizado.</p> <p>O texto acima trata da qualidade da comunicação denominada:</p> <p>a) clareza b) concisão c) completude d) precisão e) objetividade</p> <p>77. Um dos componentes da estrutura dos controles internos da gestão é a base de todos os controles internos da gestão, sendo formado pelo conjunto de regras e estrutura que determinam a qualidade dos controles internos da gestão.</p> <p>Estamos diante do componente denominado:</p> <p>a) ambiente de controle b) avaliação de risco c) atividades de controles internos d) informação e comunicação</p>
---	--

e) monitoramento

78. A técnica de auditoria utilizada para a obtenção de declaração formal e independente de partes externas (pessoas, empresas, órgãos fiscalizadores etc.) a respeito de fatos ligados às operações da Unidade Auditada é denominada:

- a) observação
- b) análise documental
- c) indagação
- d) circularização
- e) inspeção

79. De acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*, a independência dentro da organização se alcança de forma efetiva quando o executivo chefe de auditoria se reporta funcionalmente ao conselho. Um exemplo de reporte funcional ao Conselho que NÃO está associado à independência organizacional da auditoria interna é a aprovação, pelo Conselho:

- a) do estatuto de auditoria interna;
- b) do planejamento de auditoria baseado em riscos;
- c) do orçamento de auditoria e o plano de recursos;
- d) dos departamentos priorizados na auditoria interna;
- e) das decisões referentes à nomeação e demissão do executivo chefe de auditoria

80. De acordo com as Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, emitidas pelo *Institute of Internal Auditors*, a avaliação do ambiente de controle é componente essencial para se atingir os principais objetivos do sistema de controle interno. São elementos constituintes do ambiente de controle, EXCETO:

- a) Estrutura organizacional.
- b) Controle sobre a tecnologia

- c) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- d) Políticas e práticas de recursos humanos.
- e) Competência do pessoal.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

81. Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção correta:

- a) o preço líquido de venda é uma base de mensuração do ativo a valor de saída, observável no mercado e não específica à entidade.
- b) Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta.
- c) O preço presumido é uma base de mensuração de passivo a valor de saída, observável no mercado e específica para a entidade.
- d) As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nas demonstrações contábeis, exceto às informações históricas, considerando que os movimentos prospectivos acabam se sobrepondo nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis.
- e) Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) fornecem diversos tipos de informações,

entre as quais a situação patrimonial da entidade, a qual inclui a informação sobre os custos da prestação de serviços e os montantes e fontes de recuperação desses custos durante o exercício.

82. O Município Audaz dos Pampas apresentou as seguintes transações ao final do mês de outubro de 20X1:

Variação	R\$
Alienação de uma ambulância	45.000,00
Ganho na alienação de imobilizado	10.000,00
Aquisição de material de consumo	50.000,00
Reconhecimento de juros da dívida consolidada	15.000,00
Reconhecimento da depreciação do imobilizado	10.000,00
Utilização de material de consumo	45.000,00
Aquisição de Computadores para uso administrativo	20.000,00
Devolução de Depósito em Caução	10.000,00
Concessão de suprimento de fundos	15.000,00

Com base nessas informações, pode-se afirmar que:

- a) o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi R\$ 80.000,00.
- b) o total das variações patrimoniais quantitativas aumentativas foi R\$ 55.000,00.
- c) o total das variações patrimoniais qualitativas foi R\$ 140.000,00.
- d) o resultado patrimonial do exercício foi superavitário.
- e) não houve variação patrimonial independente da execução orçamentária.

83. Acerca dos aspectos orçamentários e patrimoniais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

I - Determinado município adquiriu resmas de papel A4 para seu consumo interno. Esse estoque de resmas deve ser mensurado pelo seu valor realizável líquido se este for maior do que o seu custo.

II - A receita decorrente do recebimento de IPTU é classificada como receita corrente, derivada, efetiva e decorre de uma transação sem contraprestação.

III - A aquisição de um software de computador, não integrante do respectivo hardware, deve gerar o reconhecimento de um ativo intangível.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) III, apenas
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

84. O Município Audazes dos Pampas adquiriu, em 31/10/20X1, uma ambulância no valor de R\$ 100.000,00. A vida útil econômica e o valor residual da ambulância, nessa mesma data, foram estimados, respectivamente, em 7 anos e R\$ 16.000,00. O método de depreciação utilizado pela entidade é o linear. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o valor da variação patrimonial diminutiva reconhecida em 20X1 referente à ambulância adquirida em 31/10/20X1 foi de:

- a) R\$ 5.000,00

- b) R\$ 4.000,00
- c) R\$ 3.000,00
- d) R\$ 2.000,00
- e) R\$ 1.000,00

85. O Município Audazes dos Pampas possuía em 31/12/20X1 três terrenos:

- O terreno "A", destinado à venda, estava contabilizado na contabilidade pelo valor de R\$ 1.500.000,00, no Ativo Circulante (estoques).
- O terreno "B", destinado ao uso, estava contabilizado a R\$ 500.000,00 no Ativo Imobilizado.
- O terreno "C", também destinado ao uso, estava contabilizado a R\$ 3.500.000,00 no Ativo Imobilizado.

Considere que em janeiro de 20X2, o referido município sofreu uma reestruturação, reclassificando os três terrenos para a conta Propriedades para Investimento, com o objetivo de valorizar o seu capital.

Aplicando o valor justo, o município constatou que os valores dos terrenos "A", "B" e "C" estavam avaliados em R\$ 2.000.000,00, R\$ 1.500.000,00 e R\$ 2.500.000,00, respectivamente.

Considerando a NBC TSP 06 – Propriedade para Investimento, a contrapartida do reconhecimento do valor justo dos terrenos "A", "B" e "C" deve ser reconhecida, respectivamente, em:

- a) Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa), Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa) e Resultado (Variação Patrimonial Diminutiva).
- b) Reserva de Reavaliação, Reserva de Reavaliação e Resultado (Variação Patrimonial Diminutiva).

c) Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa), Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa) e Reserva de Reavaliação.

d) Reserva de Reavaliação, Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa) e Resultado (Variação Patrimonial Diminutiva).

e) Resultado (Variação Patrimonial Aumentativa), Reserva de Reavaliação e Resultado (Variação Patrimonial Diminutiva).

86. A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público obedecem a critérios específicos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e também no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Sobre o assunto, julgue as assertivas a seguir.

I - As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

II - Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, os estoques mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório.

III - Monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais são exemplos de bens do patrimônio cultural que devem ser reconhecidos e mensurados pela melhor estimativa de entrada de recursos para a entidade.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

87. Com relação ao Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), assinale a opção correta.

- a) A identificação dos principais objetos de custos é realizada por meio de informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial.
- b) O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de distribuição e Método de custeio.
- c) Centro de custos é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.
- d) o estágio da despesa que mais se aproxima da informação de custo é o pagamento.
- e) a responsabilidade pela consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do subsistema de custos é da autoridade máxima do respectivo órgão ou entidade do setor público.

88. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir.

- I – A discriminação por fonte/destinação de recursos no âmbito da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.
- II – Uma entidade do setor público apresentou em seu balanço orçamentário não consolidado desequilíbrio e déficit orçamentário. Tal situação configura irregularidade e afronta aos princípios orçamentários previstos na legislação aplicável ao setor público.
- III – No âmbito do balanço orçamentário, tanto o superávit financeiro utilizado quanto a abertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.

Está(ão) correta(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas
- c) I, apenas
- d) II e III, apenas
- e) nenhuma das assertivas

89. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), pode-se afirmar corretamente, exceto:

- a) Os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP. Nesse sentido, caso uma conta esteja detalhada no PCASP até o 6º nível (item), o ente poderá detalhá-la apenas a partir do 7º nível (subitem), sendo vedada a alteração dos 6 primeiros níveis.
- b) No lançamento contábil referente à previsão da receita orçamentária é utilizada uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 6 a crédito. Quando a receita for realizada, o débito e o crédito envolverão duas contas da classe 6 para registrar o lançamento contábil.
- c) As transferências concedidas e recebidas são evidenciadas respectivamente nas classes 3 e 4, em contas de natureza patrimonial.
- d) As contas “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”, pertencentes à classe 6 do PCASP, são contas que representam passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais e, portanto, devem compor o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do balanço patrimonial.
- e) A execução de restos a pagar é registrada usando-se contas da classe 2, grupo 1 (2.1. Passivo Circulante) do PCASP.

90. O Município Audazes dos Pampas verificou ao final do exercício insuficiência de arrecadação de R\$ 1.000.000,00 e economia de despesas de R\$ 500.000,00. Considerando-se apenas essas informações é correto afirmar que:

- a) houve ilegalidade na execução orçamentária da despesa.
- b) houve superávit orçamentário de R\$ 500.000,00.
- c) houve déficit na execução orçamentária de R\$ 500.000,00.
- d) a execução orçamentária da receita foi maior que o inicialmente planejado.
- e) a realização da despesa orçamentária foi maior que o orçado.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

91. A avaliação é um instrumento relevante para a melhoria da eficiência do gasto público. Sobre ela, analise as assertivas abaixo:

I. A avaliação ex ante é realizada antes do começo de um programa e a avaliação ex post é

realizada durante a execução de um programa ou ao seu final.

II. A avaliação de resultados busca aferir o quanto um programa alcançou seus objetivos.

III. A avaliação processual verifica a existência de nexos causais entre os resultados da implantação do programa e as alterações nas condições sociais da população.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

92. Na formulação de políticas públicas de combate ao uso de drogas, é importante reconhecer o papel dos assistentes sociais como agentes no nível de rua.

A forma pela qual a atuação dos assistentes sociais como agentes no nível de rua se insere na formulação de políticas públicas de combate ao uso de drogas é determinante para o sucesso da política. Suas decisões baseiam-se no seu discernimento, a cada momento, e os resultados nem sempre podem ser previstos com confiança. Há uma relação coerente de causa e efeito que somente pode ser observada em retrospecto, dada a natureza emergente de suas práticas cotidianas. É correto considerar que a formulação de uma política pública e sua consequente avaliação, nesse contexto, seja do tipo:

- a) caótica;
- b) complexa;
- c) desordenada;

d) simples.

e) complicada;

93. A administração pública visando adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias externas de apoio com vistas a auditar, monitorar e comunicar disfunções a instâncias superiores. Essa(s) instância(s) podem ser exemplificadas por:

a) Auditoria Interna;

b) Tribunais de Contas

c) Conselhos de Administração;

d) Congresso Nacional.

e) Controle Social

94. As ações públicas de governos visam produzir resultados e impactos sociais. Quando essas ações são articuladas e explicitam propósitos claros são denominadas como políticas públicas. Indique, dentre as alternativas, qual delas corresponde a uma ação passível de ser interpretada como pertencente a uma política pública.

a) Emissão de Registro Geral, RG.

b) Reforma de próprios públicos.

c) Cobrança de impostos e taxas.

d) Fiscalização de mananciais.

e) Implantação de posto de saúde.

95. Com relação a planejamento e avaliação nas políticas públicas, é correto afirmar que:

a) Com a avaliação ex ante, é possível evitar erros de formulação e desenho em um projeto.

b) A análise custo-benefício baseia-se na relação entre os custos relativos e os resultados de uma política pública.

c) Avaliações formativas tem foco em resultados, na implementação de uma política pública.

d) As políticas de compliance no âmbito da administração pública objetivam garantir que os servidores públicos prestem contas, aos órgãos de controle, das atividades exercidas no âmbito de suas funções.

e) A avaliação formativa afere os resultados obtidos pelo conjunto das ações desenvolvidas no âmbito de determinado programa

96. Julgue os itens a seguir, a respeito da tipologia da avaliação de políticas públicas.

I Avaliação ex post é uma avaliação concebida e realizada em conjunto com a fase de planejamento e com o processo de implementação, sendo efetivada quando a política, o programa ou o projeto se encontram em fase inicial.

II Avaliação jurídica consiste no exame da conformidade dos atos do gestor com a lei ao

conduzir a política pública, o programa ou o projeto.

III Avaliação de resultados tem por objeto os resultados, também chamados de outputs, que representam bens ou serviços de um programa ou projeto necessários para que seus objetivos finais sejam alcançados.

IV Avaliação de conteúdo — tipo de avaliação com foco nos resultados e impactos — destina-se a informar os gestores para que estes decidam se a política ou o programa devem continuar, ser interrompidos ou ser alterados.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

97. Os processos de avaliação de política pública podem ser compreendidos por meio das perspectivas jurídica, gerencial ou política. No

que se refere à perspectiva jurídica, é correto afirmar que

- a) a análise se estabelece no campo da eficiência (melhor uso dos recursos) e eficácia (atingir as metas e objetivos).
- b) as atenções se voltam às questões de legitimidade e de participação dos atores nos processos de decisões e de formulação e implementação de políticas públicas, bem como nos impactos gerados no macroambiente.
- c) da avaliação apresenta-se nas modalidades de controle de início (ex-ante), de meio (monitoramento) e de fim/resultados (ex-post).
- d) a investigação conduzida se ocupa de observar se os princípios de legalidade ou os direitos básicos dos destinatários, por exemplo, foram respeitados ou atingidos, respectivamente.
- e) a análise se estabelece no campo da efetividade (entregar o que foi prometido) e da economicidade (menor utilização de recursos produtividade).

98. São avaliações formativas as que se concentram na análise da execução de projetos, à medida que eles são implementados; são avaliações sumativas as que reportam o que ocorreu no final de um ciclo programático. Nesse sentido, as avaliações formativas e as somativas têm foco analítico primário, respectivamente, em questões relacionadas com

- a) atividades e custos.
- b) processos e resultados.
- c) insumos e impactos.
- d) beneficiários e instituições.
- e) métodos e contextos avaliativos.

99. Assinale a opção correta, relativa ao planejamento e à avaliação de políticas públicas.

- a) A avaliação consiste na mensuração subjetiva dos resultados de políticas públicas e programas governamentais.
- b) O monitoramento é utilizado unicamente na etapa de formulação de políticas públicas.
- c) A fase de implementação da política pública caracteriza-se pelo levantamento de alternativas de soluções para o problema público identificado.
- d) As avaliações de meio-termo, ou de processo, permitem aplicar correções na fase final da implementação de políticas públicas.
- e) A classificação de uma avaliação de política pública em função do seu período de execução divide-se apenas em avaliação inicial (ex ante) e avaliação de resultados (ex post).

100. A respeito da análise custo-efetividade (ACE) e da análise custo-benefício (ACB), assinale a opção correta.

- a) A ACE é mais adequada a projetos econômicos e menos indicada para projetos sociais.
- b) A ACB é mais adequada a projetos sociais e menos indicada para projetos econômicos.
- c) A ACB e a ACE são incompatíveis com a avaliação ex ante.
- d) A ACB é compatível com a avaliação ex ante, ao passo que a ACE é incompatível com a avaliação ex ante.
- e) A ACB e a ACE são compatíveis com a avaliação ex ante.

FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

101. De acordo com a Teoria da Tributação e os Princípios Tributários:

- a) Nem sempre o princípio do benefício será de fácil aplicação individual para o financiamento de qualquer bem público.
- b) A tributação sobre a renda é incapaz de atender ao princípio da capacidade.
- c) A tributação progressiva anula completamente o princípio da equidade.
- d) Ao tributar o cigarro com o intuito de reduzir seu consumo, aplica-se o princípio da neutralidade.
- e) O princípio da neutralidade condiz com os incentivos fiscais dados pelo Governo.

102. A respeito da Teoria da Tributação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São exemplos de impostos diretos os tributos específicos e ad valorem.
- b) Se a participação da tributação na renda dos indivíduos aumenta conforme o aumento da renda, o sistema tributário é caracterizado como progressivo.
- c) Quando o mesmo percentual de alíquota é aplicado aos diferentes níveis de renda, o sistema tributário é caracterizado como proporcional.
- d) Em um sistema tributário regressivo, o nível de distribuição de renda é mais desigual.
- e) O aumento da arrecadação de impostos diretos pode ser explicado pelo aumento de riqueza da sociedade.

103. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

104. Com base nos conhecimentos acerca de Déficit e Dívida Pública, julgue o trecho abaixo.

"O _____ é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença, em determinado período, entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), a preços correntes."

A alternativa que completa corretamente a lacuna é:

- a) resultado nominal
- b) resultado operacional
- c) resultado primário
- d) financiamento público
- e) gasto público

105. Em relação à política fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A Política Fiscal busca combater a inflação através do controle da taxa básica de juros.
- b) Para expandir o nível de atividade econômica, o governo deve elevar a tributação.
- c) A inflação de demanda deve ser controlada por meio da expansão nos gastos do governo.
- d) No curto prazo, a política fiscal expansionista via gastos públicos incentiva o crescimento econômico.
- e) Em um contexto de recessão, a adoção de uma política fiscal anticíclica demanda a redução dos gastos públicos.

106. No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O federalismo fiscal constitui uma política de centralização financeira e orçamentária.
- II. Segundo o modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.
- III. A competição tributária horizontal resulta na provisão de bens públicos no nível socialmente ótimo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(itens):

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

107. Com base nos conceitos de Déficit e Dívida Pública, avalie os itens a seguir.

- I. As despesas públicas, à exceção dos juros, são consideradas como déficit no momento em que são pagas.
- II. Considerando tudo o mais constante, caso haja expectativa de menor crescimento econômico, o governo deverá gerar superávit primário se quiser manter o equilíbrio da relação dívida pública/PIB.
- III. A Dívida Líquida do Setor Público abrange o total dos débitos de responsabilidade do governo federal, estaduais e municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao BC e ao resto do mundo.

Assinale a alternativa que traz as assertivas corretas:

- a) I e II
b) I e III
c) II e III
d) II e III
e) I, II e III

108. São exemplos de impostos indiretos:

- a) IPI, ISS, IPTU.
b) ICMS, IPVA, ITR.
c) Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica.
d) IPVA, IPTU e ITR.
e) ICMS, ISS e IPI.

109. Associe as Funções do Governo às respectivas numerações.

I. Função Alocativa

II. Função Distributiva

III. Função Estabilizadora

() Manter a estabilidade através de políticas macroeconômicas, a fim de garantir o pleno emprego e o controle da inflação.

() Promover ajustamentos na provisão de bens e serviços de utilidade pública em busca da eficiência econômica.

() Reduzir a desigualdade econômica e social.

Está correta a sequência:

- a) I, II e III
b) I, III e II
c) II, I e III
d) III, I e II
e) III, II e I

110. Para cumprir sua função, o Estado pode utilizar determinados mecanismos, como transferências (diretas ou indiretas) de renda para as classes menos favorecidas, subsídios, impostos progressivos entre outros. Nesse caso, o Estado estaria desempenhando sua função:

- a) Orçamentária
b) Distributiva
c) Alocativa
d) Estabilizadora
e) Reguladora

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-CGU-Auditor-29-01>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
